

MUSEU, FOTOGRAFIA E ESCOLA: UMA POSSIBILIDADE DE INTERLOCUÇÃO COM O PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO DE CARANGOLA*

Luciana do Carmo Narciso (Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico e Cultural de Carangola)

Ana Lucia do Carmo Narciso (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Resumo: a proposta de diálogo entre acervo e escolas que lançamos se dá através da utilização da coleção de fotografias do Museu Municipal de Carangola em uma oficina cujo tema central é o patrimônio ferroviário do município. Neste trabalho utilizamos a técnica de observação, que conforme elucida Marina Marconi e Eva Lakatos (2011), é uma técnica que não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. O objetivo desta proposta consiste tanto em aproximar os alunos tanto do patrimônio, como da produção do saber histórico. Percebemos ao longo das discussões que as fotografias têm um grande potencial enquanto ferramenta de ensino e que em face da atual conjuntura onde o Museu encontra-se fechado ao público, seu acervo digitalizado pode ser utilizado como forma de difusão do patrimônio municipal.

Palavras-chave: Carangola; patrimônio cultural; educação patrimonial; ferrovia; fotografia.

1 Introdução

O objeto de pesquisa desta proposta são as fotografias do Museu Municipal de Carangola (MMC), institucionalizado em 1959 pela Lei nº 205 de 14/05/59. Ao longo de sua trajetória constitui um vasto acervo composto por diversos objetos, fotografias, jornais e revistas, que ao longo do tempo fizeram parte do cotidiano da população Carangolense.

De acordo com Narciso (2020), ao lidarmos com o acervo documental do Museu colocamos diversas temporalidades e experiências na cidade em discussão, ainda que não seja possível reconstruir toda a dinâmica da cidade, os rastros deixados na paisagem viabilizam reinterpretações e compreensão acerca do processo de desenvolvimento de Carangola e suas implicações na concepção de patrimônio no município. As análises referentes ao estudo da paisagem, do espaço urbano e da cultura material ou imaterial, no presente ou em suas representações, seja na forma de narrativa ou de memória documental, são imprescindíveis para compreendermos os bens que versam sobre a nossa história.

O crescimento econômico de Carangola foi marcado pela história da ferrovia, uma vez que o desenvolvimento da cultura cafeeira trouxe consigo novas demandas tanto da forma de produzir, como também das formas de transportar o que era produzido. O presente artigo tem como objeto de análise a linha férrea de Carangola e se baseia nos bens patrimoniais tombados que compuseram o trajeto da ferrovia, sendo eles a Estação Ferroviária, tombada pelo Decreto Municipal nº 2.528 de 08 de junho de 2000, tendo sido inscrita no Livro do Tombo no verso da Folha 1, Item IV; o Terminal Rodoviário Wingdston Mendes de Souza, tombado pelo Decreto Municipal nº 2.529 de 08 de junho de 2000 e inscrita no Livro do Tombo no verso da Folha 1, Item V; e o Pontilhão de Ferro, tombado pelo Decreto nº 2.532 de 08 de junho de 2000 e inscrito no Livro do Tombo na Folha 2, Item IX.

*XV Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online.



O Museu Municipal de Carangola possui um grande acervo fotográfico, elaboraremos uma sequência que possa auxiliar o professor em suas aulas de história. Sobre a utilização de fotografias como fonte, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) trazem que:

As reflexões sobre a linguagem fotográfica são importantes de serem consideradas em relação às outras fontes documentais, quando se fala na organização de situações didáticas com conteúdos históricos escolares. Assim, entre muitos aspectos, o professor pode ensinar a seus alunos a preocupação que se pode ter com as técnicas, os materiais e os estilos de vestimentas, habitações e transportes, as diferentes lembranças das pessoas sobre uma mesma época, o arquivamento de documentos, as diferenças de atendimentos de serviços públicos na cidade, o que envolve a confecção de um jornal ou de uma revista, as funções sociais de uma escritura de terra ou a de uma propaganda divulgada em um jornal. A intenção é que os alunos não aceitem facilmente as informações, considerando apenas significativas aquelas que estão mais evidentemente explicitadas e expostas na realidade ou nos documentos, ou seja, que construam atitudes questionadoras, procurem informações em detalhes não facilmente observados, identifiquem informações não apenas por meio daquilo que imaginam inicialmente, mas, também, a partir de detalhes que não foram considerados, e aprendam a comparar e a confrontar as informações obtidas em uma pesquisa (BRASIL, 1997, p.56).

Assim, nossa proposta ao apresentar esse trabalho é dar luz a possíveis perspectivas e usos do acervo do Museu Municipal de Carangola com ênfase no acervo fotográfico e elucidar sua pertinência enquanto aporte pedagógico.

Para que possamos desenvolver o material em questão, daremos ênfase ao Primeiro Ciclo do Ensino Fundamental, que corresponde ao período em que os alunos são estimulados a compreender as semelhanças e o que difere; as rupturas e as permanências; as transformações do modo de vida em seus aspectos sociais, culturais e econômicos. Levando em consideração que essa fase é onde a criança está sendo alfabetizada, é pertinente que o professor dê preferência aos trabalhos com fontes orais e iconográficas, como por exemplo as fotografias, os mapas, filmes, edificações, objetos presentes em seu cotidiano, depoimentos, e, dado isso, desenvolver trabalhos com a escrita. Nesse sentido, o professor tem como função aproximar o aluno das diversas fontes para que ele aprenda a pesquisar (BRASIL, 1997).

2 Patrimônio e Educação Patrimonial: Por que e para quem?

Pensar o patrimônio atualmente, de acordo com Canclini (1994), está para além considerarmos somente os edifícios de pedra e cal, hoje levamos em consideração o intangível em suas manifestações culturais e assim não o concebemos como conjuntos estáticos, mas sim como um processo social que se renova, produz sentidos e que é apropriado por diversos setores da sociedade. Como resultado disso, temos o aumento das políticas de patrimonialização.

Choay (2006) discorre que à priori a noção de patrimônio atuava sobre a memória estando relacionada a ideia de monumento por remeter a lembranças, o que foi construído por uma comunidade para fazer as pessoas lembrarem de alguma coisa possui valor de rememoração. Nessa lógica, a memória atua como “um dispositivo de segurança”. Atualmente, em detrimento da indústria cultural a ideia dos monumentos é associada essencialmente ao seu valor estético e o patrimônio é concebido como um produto cultural. Ainda de acordo com a autora, as formas de apropriação do patrimônio na vida contemporânea pressupõem sua reutilização.



Tendo em vista que a fotografia pode ser utilizada como uma ferramenta de ensino, seu uso pode se tornar também uma forma de apropriação dos patrimônios, fomentando assim a valorização dos mesmos. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹, a Educação Patrimonial constitui métodos educativos formais e não formais, que têm como foco o Patrimônio Cultural incorporado às atividades enquanto meios de compreensão das referências culturais em suas diversas formas de manifestações, que objetivam valorizar, reconhecer e preservar as práticas culturais. O IPHAN discorre que os processos educativos devem privilegiar a construção coletiva do conhecimento através da constante interlocução entre agentes culturais e sociais, além de enfatizar a relevância da participação concreta das comunidades que (re)produzem referências culturais de onde partem inúmeras concepções de Patrimônio Cultural.

Rangel (2002, p.17) elucida que:

Educação patrimonial deve ser entendida como todo processo de trabalho educacional que vai tratar do patrimônio cultural, sendo este produto de uma comunidade que com ele se identifica e que deverá cuidar para garantir sua permanência e vitalidade.

Em consonância com o exposto, compreende-se através do Manual de Diretrizes para Educação Patrimonial publicado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), que a Educação Patrimonial se trata de uma metodologia, um conjunto de procedimentos e ações de sensibilização com vistas à diminuição das desigualdades culturais. O Patrimônio é, naturalmente, apropriado e percebido de diferentes maneiras. Assim, a Educação Patrimonial é uma das ferramentas que podem promover a cidadania no que diz respeito à valorização e preservação dos bens culturais.

3 Patrimônio e Escola: por quê?

Pensando nessa relação entre o Patrimônio e a Escola que pode ou não ser estabelecida, consideremos as práticas educativas em sua dimensão política, uma vez que de acordo com Bittencourt (2003), em consonância com a perspectiva Freireana, a educação constitui um ato político. À vista disso, a educação patrimonial é uma maneira de democratizar as trocas simbólicas entre a escola, o arquivo e o museu, além de ser uma forma de viabilizar o exercício da cidadania enquanto um processo dialético e contínuo (COUVRE, 1995).

Maria Auxiliadora Schmidt e Tânia Garcia (2005) discorrem que a escola é um espaço de compartilhamento e produção de sentidos, onde essa troca de experiências aumentam os debates que levem em consideração o arcabouço cultural que o aluno traz consigo, uma vez que a educação não é um processo unilateral e que o aluno é também sujeito nesse processo. Brandão (1985) concebe a educação como um processo social constituído através de trocas. Considerando então a educação como uma prática social. À vista disto, Kátia Abud (2004) aponta que para compreender e construir as práticas educacionais, não podemos desconsiderar o contexto em que estas se inserem. Assim, “a educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais e, ali, sempre se espera, de dentro, ou sempre se diz para fora, que sua missão é transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor (BRANDÃO, 1985, p, 12).”

¹ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é uma autarquia federal do Governo do Brasil.

Tendo em vista que os sentidos produzidos nas salas de aula são uma construção, sugerimos que os educadores estabeleçam uma relação entre alunos e o patrimônio cultural municipal. Isto posto, trazemos para a discussão a perspectiva de Cecília Londres (2012), de que a preservação está relacionada com sua transmissão, difusão e apropriação. Nesse sentido, leva-se em consideração os bens patrimoniais como recurso para a educação, dando luz a uma proposta de educação patrimonial que considere o estudante como foco do processo, objetivando despertar no aluno o desejo de conhecer e se envolver com o patrimônio.

Florêncio (2012) aponta que os processos educativos com foco no patrimônio são mais eficazes quando integrados ao cotidiano, assim, a circulação de significados e a criação de símbolos é um processo contínuo. A Educação Patrimonial é uma prática social que associa os valores históricos do bem cultural com a comunidade em que está inserido. Isto posto, consideramos a Educação Patrimonial como suporte para fomentar o diálogo entre o museu e a escola, uma vez que a Educação Patrimonial pode contribuir para a criação da interlocução do patrimônio com a sociedade.

4 Um diálogo possível: sugestões de abordagem

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para se pensar sobre o Ensino de História é necessário que consideremos os usos de diferentes fontes históricas, pois estas estimulam o processo de identificação, comparação, contextualização, análise e interpretação de determinado objeto. Tendo como foco o “Primeiro Ciclo” e partindo da divisão das unidades temáticas da BNCC, daremos destaque ao terceiro ano. Os itens que nos contemplam são: “As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município” onde o objetivo é perceber as diferenças entre os grupos sociais e conhecer os patrimônios históricos e culturais da cidade ou município onde se vive e “O lugar em que vive” já que o foco é entender a produção dos marcos da memória enquanto formação cultural da população.

Dentre os objetivos trazidos pelos PCN no que é abarcado pela nossa proposta, ensinar História nesse Primeiro Ciclo deve deixar o aluno apto a comparar acontecimentos no tempo conseguindo se alocar entre o passado, o presente e o futuro; espera-se também que o aluno seja capaz de reconhecer semelhanças e diferenças sociais, culturais e econômicas; reconhecer as rupturas e as permanências que as transformações sociais, culturais e econômicas trouxeram consigo; também se espera que os alunos saibam estabelecer relações entre o presente e o passado; e por fim, que o aluno consiga identificar alguns documentos históricos e fontes, sabendo ponderar sobre algumas de suas possíveis funções.

Em relação à BNCC, os aspectos que nos contemplam são a identificação dos patrimônios históricos e culturais de sua cidade e discutir as razões culturais, sociais e políticas que fizeram com que estes se constituíssem enquanto patrimônio; também nos é cabível a identificação dos marcos históricos do lugar em que vive e compreender seus significados; e, por fim, identificar os lugares de memória na cidade, discutindo os critérios que explicam a escolha dos nomes dos bens.

Enquanto possibilidade de ação, propomos um trabalho voltado para as fotografias que tenham como tema a ferrovia Leopoldina Highway, que ao chegar em Carangola reconfigurou o espaço físico e simbólico do município. Visamos aproximar os alunos tanto do patrimônio, como também da produção do saber histórico.

Quanto aos aspectos metodológicos, nos apoiaremos na perspectiva de Cooper (2006), que diz que para trabalharmos história nas fases iniciais é necessário que traduzamos a teoria, uma vez que ela é pensada no ambiente acadêmico que por sua vez se difere do ambiente



educacional das fases iniciais. Ao longo de sua discussão, a autora aborda uma metodologia para discutir questões que dizem respeito ao tempo, às fontes, a ampliação do vocabulário e a interpretação acerca do passado.

Em relação ao tempo, a autora sugere discussões sobre mudanças nas vidas das próprias crianças, sobre transformações nas histórias e sugere ainda a discussão sobre histórias de um passado mais distante. Para a autora em questão, as fontes podem ser visuais, o que abrange a fotografia. Nesse sentido, a autora aborda a pertinência de criar significados a partir das fontes, ou seja, questionar por que foram feitas, quem fez, quais as utilidades e sentido das mesmas para as pessoas que fizeram e utilizaram. Cooper (2006) enfatiza ainda a pertinência de estimular as ideias e oferecer fontes diferentes para os alunos.

Outra maneira de lidar com as fontes que a autora aborda é sequenciando-as, haja a vista que os historiadores organizam as fontes em sequência para analisar as mudanças ao longo do tempo e as rupturas e permanências em relação ao passado. Cooper (2006) sugere que as crianças elaborem linhas do tempo que relacione as fotografias a artefatos que continuam sendo usados, outra possibilidade é que as crianças estabeleçam uma sequência de fotos de roupas ou casas de um período longo ou mais curto separando por épocas.

4.1 Nossas fotografias, nosso patrimônio, nossa história: uma sugestão de oficina para trabalhar o acervo fotográfico do Museu Municipal de Carangola em sala de aula

A fim de apresentar a dimensão prática dos aspectos teóricos supracitados, apresentamos a seguir uma sugestão de um roteiro para a realização de uma oficina temática, cujo objetivo é estimular discussões acerca do Patrimônio Ferroviário elucidando a pertinência do acervo iconográfico do Museu Municipal de Carangola.

Primeiramente, sugere-se que o professor organize a sala de modo que os alunos fiquem à vontade. Neste momento serão apresentados e discutidos conceitos de memória, identidade, patrimônio e as formas de proteger os bens culturais. Para que a aula seja dinâmica, sugerimos que o professor pergunte aos alunos o que eles acham que esses conceitos significam antes de explicá-los e pedir um registro de cada um antes e depois da explicação.

Após a explanação teórica, sugere-se que o professor discorra sobre a ferrovia no município e seus impactos na paisagem através da constituição do patrimônio ferroviário carangolense. Neste momento o professor apresentará fotografias para mostrar aos alunos do que se trata tal patrimônio. Abaixo trazemos um exemplo² de fotografia que pode ser utilizada:

²A fotografia foi apresentada à título de demonstração do acervo existente. Para obter mais registros, contatar a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico e Cultural de Carangola através do email: cultura.carangola.mg.gov.br ou pelo telefone (32) 3741-5320.



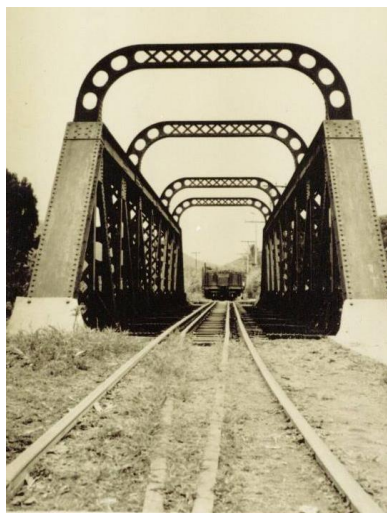


Imagem 1: Pontilhão de Ferro, Patrimônio de Carangola. Fonte: Museu Municipal de Carangola

Nas atividades de reconhecimento das fotografias o professor poderá ainda utilizar um mapa da cidade e pedir que os educandos coloquem as fotografias na posição geográfica do patrimônio (Rodoviária, Antiga Estação e Pontilhão) e propor atividades que tragam reflexões sobre a percepção dos educandos em relação ao espaço relacionado aos patrimônios em questão. Por exemplo: o que vocês acham que mudou nessa rua? Como são as pessoas que vocês veem nas fotografias? O que vocês acham que continua igual? Poderão ainda ser elaboradas linhas do tempo, cartas onde os estudantes escrevam a seus avós contando sobre as mudanças na cidade comparando como as coisas estão e como foram. Outra sugestão de atividade é a confecção de um “túnel do tempo” utilizando desenhos dos educandos a partir das transformações que os mesmos detectaram.

5 Considerações finais

O Museu Municipal de Carangola encontra-se atualmente fechado ao público. Considerando a existência do acervo digitalizado, sugerir e apoiar a realização de atividades que apresentem o acervo às crianças que possivelmente não o conhecem é uma forma de difundir os objetos, documentos, fotografias e demais itens existentes no Museu. De acordo com Kim Veltman (2001 apud Henriques e Chaves 2020) a Internet trouxe possibilidades de difusão de forma diversificada dos acervos, além de também viabilizar a apresentação de “referências patrimoniais dentro do contexto de sua produção e seu contexto histórico, fazendo com que o público possa ter uma visão mais abrangente” (Veltman 2001 apud Henriques e Chaves 2020, p. 80). Deste modo, as formas virtuais de trabalhar os acervos são aliadas no processo de difusão, valorização e preservação do patrimônio por oferecer formas dinâmicas de trabalhar acervos. Como o Museu está fechado, é pertinente lançar mão de propostas que contemplem sua realidade atual para que as pessoas tenham acesso ao acervo que versa sobre sua história.

Referências

ABUD, Katia. Currículos de História e Políticas Públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

BITTENCOURT, Circe. Identidade nacional e ensino de História do Brasil. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História, Geografia – Brasília: MEC/SEF 1997**.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional. Tradução de Maurício Santana Dias. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 23, p. 94-112, 1994.

CHOAY, Françoise. O patrimônio histórico na era da indústria cultural & A competência de edificar In: **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3a. ed. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da UNESP, 2006. p. 205-237; p.209-265.

COOPER, Hilary. Aprendendo e ensinando sobre o passado a crianças de três a oito anos. **Educar**, Editora UFPR, Curitiba, Especial, p. 171-190, 2006.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

HENRIQUES, Rosali; CHAVES, Rafael. EXPOSIÇÕES EM MUSEU VIRTUAIS: duas experiências brasileiras. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 76-89, nov. 2020.

IEPHA. **Manual de Diretrizes para Educação Patrimonial**. Disponível em: < http://www.iepha.mg.gov.br/component/docman/doc_download/80-diretrizes-paraeducacao-patrimonial-pdf--181-mb>. Acesso em: 10 set. 2021.

LONDRES, Cecília. O Patrimônio cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

NARCISO, Luciana do Carmo. **A política e a construção de um discurso museológico e arquivístico em Carangola – MG (1952-2020)**. Dissertação. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2020.



RANGEL, Marília Machado. Educação Patrimonial: conceitos sobre patrimônio cultural. In: MINAS GERAIS - SEE. **Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial**. Belo Horizonte, SEE/MG, 2002.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tania Maria F. Braga. A Formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n. 67, p. 297-308, set.-dez. 2005.

